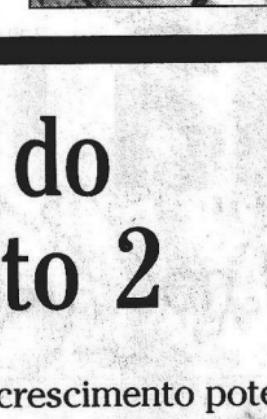


MERVAL PEREIRA



As dores do crescimento 2

Para medir qual a capacidade de crescimento potencial da economia brasileira, o ministro do Planejamento, Guido Mantega, contratou o economista Antonio Barros de Castro, ex-presidente do BNDES e um especialista em estrutura produtiva. Mantega quer com essas pesquisas "ter uma avaliação mais precisa, sentir melhor o pulso da capacidade produtiva". Segundo ele, as análises preliminares apontam para um potencial de crescimento da economia brasileira "maior do que esse que está sendo usado por alguns segmentos de economistas, que acham que 3,5% ou 4% é o limite".

Ele admite que "sempre existem pontos de estrangulamento. Mas, levando-se em consideração que temos uma capacidade de importação maior, podemos eliminar escassez de recursos, de insumos, via importação. A situação da balança comercial favorece esse equilíbrio". O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, diz que a questão é simples: ou se deixa a inflação voltar, ou se ajuda a economia a encontrar seu potencial.

Meirelles, para quem o ajuste que está sendo feito é moderado, lembra que não existe registro de países que tenham crescimento sustentado com altas taxas de inflação. "Suponha que o Banco Central não faça nada. A demanda baterá o limite da capacidade de produção, o preço sobe e a demanda cai por causa da inflação".

Segundo Meirelles, em tudo isso há uma boa notícia: "A situação é excelente, e o Banco Central tem a oportunidade de agir como qualquer banco central civilizado". Já o ministro do Planejamento acha que, para se saber exatamente qual a nossa capacidade de crescimento, "tem que se fazer um tipo de análise mais profunda de cada setor, indo além desses indicadores. Ver qual realmente é o potencial de produção de cada setor, de cada grupo de indústrias, e isso requer uma análise diferente, mais detida, quase que uma análise de campo".

Embora queira deixar claro que não está desclassificando o indicador de capacidade instalada, Mantega diz que "ele não pode ser o único para definir uma política econômica. Temos que ir além dele, ir à fábrica, fazer outras perguntas aos responsáveis, aos administradores dessas fábricas".

Os técnicos estarão pesquisando medidas como possibilidade de instalação de um terceiro turno, ou em quanto a produtividade de uma fábrica pode aumentar se forem introduzidas novas máquinas e equipamentos sem aumentar a fábrica, ou se não dá para aumentar a produtividade racionalizando a produção ou diminuindo o estoque.

Esse programa vai se desenvolver em etapas, e haverá discussões com especialistas. Para Mantega, uma coisa é certa: para podermos utilizar esse potencial de crescimento, vamos ter que fazer investimentos em infra-estrutura. Na sua avaliação, "a produção de energia elétrica está indo bem, a produção de gás também. A preocupação maior é a logística de transporte".

O economista Carlos Langoni acha que a liderança do processo de crescimento cabe agora ao setor privado, "não por escolha ideológica, mas pela virtual falência do Estado como empreendedor", e essa talvez seja "a mudança qualitativa mais importante do modelo brasileiro, capaz de gerar significativos ganhos de eficiência alocativa, que irão traduzir-se em percentuais mais elevados da taxa potencial".

Segundo ele, há vários indicadores de que o nível de pro-

dutividade da economia brasileira voltou a crescer refletindo "a expressiva reestruturação que vem ocorrendo no próprio setor privado, até para sobreviver aos períodos de crise; e pressões da maior competição externa associada ao processo de abertura da economia e inserção crescente na economia global".

O exemplo "mais gritante", segundo Langoni, é o *agrobusiness* que já ingressou no estágio de expansão sustentada. Langoni enfatiza que "existem importantes mudanças qualitativas que, uma vez cristalizadas, permitirão que a economia brasileira caminhe, nos próximos anos, em direção à sua taxa de crescimento potencial, cujo nível é possivelmente 5%, 5,5%, bem acima das estimativas atuais".

O economista Paulo Rabelo de Castro está bem mais pessimista com relação à competitividade da economia brasileira, em seu boletim semanal da RC Consultores, lembrando que o Brasil caiu da 54ª para a 57ª posição no ranking global de competitividade do Fórum Econômico Mundial, e da 34ª para a 37ª posição no ranking de competitividade empresarial. "Portanto, perdeu espaço em ambos na percepção para investimento dos empresários no mercado internacional".

Paulo Rabelo lembra que o país "perde cada vez mais espaço para mercados emergentes que crescem mais na Ásia, onde China e Índia têm tido um papel diferenciado na atração de investimento estrangeiro". Mas perde também para vizinhos da América Latina, "como é o caso do Chile, que subiu para a 22ª posição no ranking global, superando Espanha, Portugal, México, França e China, merecendo destaque no relatório final do Fórum, como uma economia que é como se estivesse se afastando das demais economias da região, aproximando-se das economias de elite do mundo".

O presidente do BC discorda de comparações com a China e países como Cingapura, por exemplo, que cresce há 40 anos. Meirelles lembra que Cingapura tem superávit nominal nas contas públicas, que inclui os juros, e uma inflação de 1,5% ao ano. E a China conta com o suprimento quase infinito de mão-de-obra qualificada e de baixo custo. "Quando estava nos Estados Unidos, em 1984, fazendo um curso, já havia 10 mil estudantes chineses nas universidades de lá", lembra Meirelles, para quem "a capacidade física de a China crescer é maior que a nossa".

As soluções para as mazelas de nossa economia — juros altos, carga tributária elevada, insegurança jurídica, falta de infra-estrutura — que levam a que os investidores procurem outros países, estão na ampla lista de reformas que ainda precisam ser feitas: definição clara dos marcos regulatórios, aprovação das Parcerias Público-Privadas, nova etapa da reforma tributária, flexibilização da legislação trabalhista e aprofundamento da reforma da Previdência.